

Cooperação entre os Municípios, os Estados e a União (*)

O "Pacto do Ensino"

BENEDICTO SILVA

III

Desde que o Brasil se converteu em país independente, os problemas nacionais mais debatidos são o do ensino, o do saneamento e o do transporte.

A estes vieram reunir-se, recentemente, vários outros, resultantes da complexidade montante da civilização brasileira, do advento de necessidades novas, cuja satisfação é reclamada em nome do bem estar do povo, acentuando o moderno fenômeno universal do crescimento das funções do Estado, tanto em área como em profundidade. Dentre os problemas brasileiros surgidos em virtude do que acabamos de dizer, podemos apontar o da integração da economia nacional, problema tão vasto, tão complexo, vinculado a tantos setores de atividade, que se torna inacessível à compreensão comum.

Deixando de parte, por conseguinte, e recorrendo ao grupo dos primeiros problemas nacionais, daqueles a que todos nos habituamos a chamar *prementes*, destaquemos o caso do ensino, ou em termos mais modestos, da alfabetização geral do povo brasileiro. Talvez seja este o que mais nos aflige. Dificilmente haverá brasileiro consciente que, uma ou outra vez, senão frequentemente, não sofra amargura de saber que ainda há elevada percentagem de analfabetos em seu país. Como, mediante o regime da cooperação inter-

administrativa, aviar esse problema instante? Como livrar o país desse monstruoso *handicap*?

Se a iniciativa deve caber, necessariamente, ao Governo Federal — como foi dito antes — é claro que o órgão naturalmente indicado não só para promover como também para administrar um vasto sistema nacional de educação, no qual estivessem enfeixados e fossem mobilizados os recursos da União, dos Estados e dos Municípios, é o Ministério da Educação e Saúde.

Supondo-se que tal órgão, ampliando o seu atual e já bem vasto programa de ação, intentasse articular num sistema nacional os esforços empregados com fins educativos pelos Estados, pelos municípios e por instituições particulares, implicando todas as entidades por eles responsáveis num conjunto de compromissos e normas de ação — está bem visto que o primeiro passo seria a realização de uma grande Convenção Nacional do Ensino — o "Pacto do Ensino" — em que se fizessem representar, do mundo oficial, os Estados e, dos meios particulares, grupos de estabelecimentos e instituições educativas de projeção na vida do país.

Uma vez reunida a Convenção, seriam discutidas e assentadas não as normas científicas ou pedagógicas do ensino, mas as cláusulas contratuais que envolvessem compromissos administrativos para todas as partes contratantes, articulando-se, assim, o sistema de cooperação.

Celebrado o "Pacto do Ensino", cujo instrumento deveria ser posteriormente ratificado por

(1) Encerramos, com o presente, a série de artigos sobre o momentoso e fascinante tema da cooperação inter-administrativa. Longe de esgotá-lo, aqui o encaminhamos à competência e à meditação dos estudiosos de Administração Pública.

todos os poderes signatários, tal como se fez no caso da Convenção Nacional de Estatística, dever-se-iam seguir, primeiro, uma fase de intensa propaganda em torno da nova atitude dos Poderes Públicos em relação ao problema do ensino e, depois, no momento oportuno, o início vigoroso das atividades propriamente executivas.

Dáí por diante, o Ministério da Educação *assumiria de fato o comando da educação nacional*, ficando em condições e no dever de irradiar normas que, por força das cláusulas estabelecidas, deveriam ser adotadas, *já então obrigatoriamente*, por todos os estabelecimentos de ensino estaduais, municipais e particulares.

Haveria, conseqüentemente, unidade de ação, controle efetivo e centralizado de todas as atividades escolares, intercâmbio automático de iniciativas, aproveitamento maior de todos os instrumentos de cultura existentes, ou que viessem a existir.

Desde logo, como um dos primeiros efeitos, seria de se esperar que o "Pacto do Ensino", seriamente planejado e posto em ação, inculcasse no povo brasileiro a certeza de que um dos seus *grandes* problemas, de mais difícil solução, *agora* estava sendo tratado de modo nacional, mediante um sistema bem entrosado, uno e de ação harmônica e convergente.

A mensuração do comportamento do novo sistema, implicitamente já a cargo do serviço de estatística do Ministério da Educação, poderia ser prevista no próprio "Pacto de Ensino". Anualmente, o serviço de publicidade informaria o país das realizações obtidas, pondo em destaque os Estados, municípios ou mesmo estabelecimentos isolados que apresentassem melhores resultados e, paralelamente, apontando as falhas e deficiências identificadas durante o correr do ano neste ou naquele ponto.

Assim como a Itália conseguiu interessar todos os italianos na "batalha do trigo", também o Brasil poderia sacudir e inflamar o sentimento patriótico nacional e, por meio da apresentação de um plano de ensino que empolgasse pela grandiosidade, transformar essas forças emocionais em atenta expectativa nos primeiros tempos e depois, com o desenvolvimento do plano, em entusiasmo ativo e geral — numa palavra, em ação nacional, empolgante, construtiva!

A coisa, é certo, não correria como se estivesse rolando sobre esferas num plano inclinado. Tremendas dificuldades surgiriam a cada passo,

muita canseira custaria o enfrentá-las e vencê-las. Mas que nos levaria à ação em conjunto, todos os poderes públicos, todo o povo brasileiro, senão a certeza dessas dificuldades?

E à maneira dos Poderes Públicos italianos que, durante a "batalha do trigo", anunciavam cada ano, dramaticamente o crescimento da produção, os sucessos obtidos em matéria de rendimento nesta ou naquela região do país, bem como os malogros, assim também o Governo Brasileiro anunciaria, pelo rádio, imprensa, cinema, cartazes e publicações especiais, *o decréscimo da percentagem de analfabetos conseguido durante cada etapa vencida*.

Depois de alguns anos, já perfeitamente estabelecido e consolidado o sistema, chegaria o momento em que os Poderes Públicos estariam em condições de *fixar* um prazo para completa *extinção do analfabetismo no território brasileiro*. Isso teria grande repercussão na psicologia do povo, atraindo-lhe progressivamente o apoio prático, uma vez que os resultados obtidos até então deixassem entrever a possibilidade de se vencer a batalha dentro de determinado prazo.

O desenvolvimento completo de todas as conseqüências do sistema de cooperação inter-administrativa no campo do ensino não cabe, evidentemente, dentro das proporções ordinárias de um simples artigo. Limitamo-nos, mediante suposições lógicas, a entreabrir o reposteiro e mostrar de relance este ou aquele aspecto geral do que obteríamos com o sobredito sistema. Seja como for, parece-nos altamente emocionante a simples antevisão de uma campanha contra o analfabetismo no Brasil, nacionalmente organizada e desenvolvendo-se com base no aguçamento do brio de um povo inteiro, afinal desperto e lucidamente decidido a esponjar, de vez, essa mancha que tanto nos deprime aos nossos próprios olhos, como aos olhos do estrangeiro.

Recorrendo aos processos modernos de publicidade, os órgãos responsáveis pela campanha deveriam apresentá-la ao público como qualquer coisa de dramático, de épico, de maneira que não deixasse ninguém a ela indiferente. Dentro de alguns anos de trabalho perseverante e bem conduzido, até lendas, feitos extraordinários, todas as repercussões, enfim, de um movimento social realmente fascinante iriam surgindo e, assim, acumulando cada vez maior conteúdo emocional, preparando melhor o ambiente brasileiro para a terminação vitoriosa da campanha.

Achamos infantis e inoperantes os planos de salvação nacional improvisados ao sabor da fertilidade imaginativa do nosso povo. O que aqui estamos propondo não deve ser visto como algo mirabolante e mágico, idéia excepcional, de inspiração divina, surgida para o fim de galvanizar o país e guiar o povo, à maneira da nuvem de fumaça que marcava o roteiro dos israelitas na fuga do Egito, rumo a uma nova Canaã. Não! Encaramos a coisa de um ponto de vista prático, utilitarista, atendo-nos principalmente à exequibilidade do regime de cooperação proposto, não porque o imaginemos exequível por nossa própria conta, mas porque fatos recentes ocorridos em nossa vida administrativa, aí estão para nos convencer de que a cooperação, num país do tipo do Brasil, de recursos extensivos, é o meio mais racional de aumentar a capacidade realizadora dos Poderes Públicos.

Alem disso, o atual ambiente brasileiro parece-nos excepcionalmente propício ao surto de grandes realizações nacionais. Apressemos-nos, pois, a tirar dele todas as vantagens que ele nos puder oferecer. Há quinze anos atrás, por exemplo, uma cooperação nos moldes da que ora pro-

posos seria perfeitamente inexecuível, não só porque a idéia ainda não estava amadurecida, como também porque a sensibilidade das autonomias estaduais não toleraria tentativas nesse sentido.

Se agirmos com precisão e com o pensamento no bem do Brasil, cada um se esforçando na respectiva esfera para dar o máximo que puder, e se a administração pública do Brasil passar a considerar unos, na prática, os problemas nacionais, organizando-se em frente única para combatê-los, poderemos realizar milagre só comparável ao desenvolvimento do Japão nos últimos 60 anos e ao progresso extraordinário da Argentina nos últimos 20.

Cuidando de encontrar os meios mais rápidos e eficientes para a nossa ação conjunta, melhorando ao mesmo tempo o nível de cultura e de tenacidade dos servidores do Estado, assegurando a este a vantagem do concurso de equipes de especialistas dignos deste nome, poderemos transformar o Brasil, dentro de poucas gerações, num dos mais poderosos e decisivos Estados Nacionais do mundo.

O momento é excepcionalmente propício ao lançamento da nossa Batalha da Alfabetização!

**CONCORRA PARA O SILÊNCIO DO RECINTO EM QUE
TRABALHA: O BARULHO E A CONVERSA A TODOS
PREJUDICAM E MAIS AINDA AO SERVIÇO**
